

1 Contexto operacional

A Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) é uma companhia brasileira de capital aberto com sede em Porto Alegre -RS, cujas atividades consistem na fabricação e na comercialização de revólveres, pistolas civis e militares, munições, industrialização de peças metálicas por encomenda, caldeiraria industrial e a participação em outras empresas. As empresas controladas dedicam-se à produção e comercialização de pistolas civis, óculos, coletes balísticos, capacetes para motociclistas, produtos plásticos injetados, ferramentas para construção civil, mecânica, jardinagem e produtos congêneres, compra, venda e locação de imóveis próprios e de terceiros, máquinas-ferramenta, bem como a usinagem de metais sob encomenda.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas operavam com sete plantas industriais, quatro delas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, uma no Estado do Paraná, uma no Estado da Bahia e uma localizada nos Estados Unidos da América.

As vendas da Companhia e suas controladas são substancialmente direcionadas a clientes privados no mercado externo, sobretudo localizados na América do Norte, e órgãos públicos no mercado interno, principalmente polícias estaduais, civis e militares. As vendas da Companhia e suas controladas não sofrem restrições e não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente. Em razão das características específicas do mercado de armas e munições, a Companhia e suas controladas estão sob a supervisão e seguem as normas dos órgãos de segurança nacionais e estrangeiros em parte de suas operações.

As ações da Companhia, ON (FJTA3) e PN (FJTA4), são listadas na Bovespa desde março de 1982.

2 Entidades da Companhia

	País	Participação societária	
		2011	2010
Taurus Blindagens Ltda.	Brasil	99,86%	99,86%
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.*	Brasil	99,86%	99,86%
Taurus Holdings, Inc.	Estados Unidos	100,00%	100,00%
Taurus Security Ltda.	Brasil	60,00%	60,00%
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.* (a)	Brasil	99,98%	99,98%
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.*	Brasil	99,96%	99,96%
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	Brasil	35,00%	35,00%
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda. *	Brasil	99,86%	99,86%
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (b)	Brasil	100,00%	-

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia investidora direta e indiretamente no capital das controladas.

a. Investimentos destinados à venda

A Companhia possui investimento em sua controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (“Taurus Máquinas”), a qual tem por objetivo a produção de máquinas industriais em Gravataí - RS. No mês de setembro de 2011, a Administração decidiu tomar diversas ações objetivando a alienação do investimento na controlada Taurus Máquinas, dentre as ações já em curso, estão a contratação de consultores especializados, bem como negociação propriamente ditas com terceiros interessados. Essas ações caracterizam um compromisso firme de venda do investimento com perspectiva de concretização em até 12 meses.

b. Reestruturação societária

Em 4 de julho de 2011, data da primeira reunião do Conselho de Administração com os membros eleitos em virtude da Assembléia Geral Extraordinária e Especial de Preferencialistas da Companhia realizada em 27 de maio de 2011, a Administração da Companhia ratificou a reestruturação societária

envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Reestruturação”) e a Companhia, deliberando sua concretização conforme segue:

- (i) a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia ao patrimônio da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. (“Polimetal”), nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu a migração temporária dos acionistas não controladores da Companhia para a Polimetal;
- (ii) o resgate de ações de emissão da Companhia, a suporte da conta de reservas de lucros existentes, sem redução de capital, nos termos do artigo 44 da Lei 6.404/76, no montante de R\$ 165 milhões, para quitar dívida registrada no balanço patrimonial da Polimetal;
- (iii) a subsequente incorporação da totalidade das ações de emissão da Polimetal ao patrimônio da Companhia, com a conversão definitiva da Polimetal em subsidiária integral, nos termos dos artigos 252 e 264 da Lei 6.404/76, a qual permitiu o regresso da base acionária à Companhia; e
- (iv) a segmentação das atividades desenvolvidas pela Companhia em “Segmento Taurus” e “Segmento Polimetal”, a ser implementada por meio de futuro aumento do capital social da Polimetal, mediante a contribuição, pela Companhia, de ativos e participações referentes ao “Segmento Polimetal”, bem como a incorporação de outras companhias atuantes no “Segmento Polimetal”, atualmente controladas pela Companhia.

A Reestruturação será completamente implementada com a transferência integral para a Polimetal, das atividades de fabricação e comercialização relativas aos negócios de peças forjadas e usinadas em geral, injeção de metal (tecnologia MIM - *Metal Injection Molding*), tratamento térmico de metais, fabricação de capacetes e acessórios para motociclistas, coletes balísticos de proteção, contenedores plásticos e ferramentas manuais e outros ativos não vinculados exclusivamente à fabricação de armas (“Segmento Polimetal”), a qual ocorreu em dezembro de 2011 e janeiro de 2012. A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para a Reestruturação: (i) a preservação dos devidos registros, certificados, autorizações e licenças para a fabricação, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio dos produtos e atividades referentes à fabricação e comércio de armas, nos termos do Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000; (ii) a manutenção e aproveitamento dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) registrada na Polimetal; (iii) a liquidação do endividamento registrado no balanço patrimonial da Polimetal; (iv) a contrapartida equitativa e proporcional ao referido resgate de ações a todos os atuais acionistas não controladores da Companhia; (v) o aproveitamento de um veículo da cadeia de controle para o desenvolvimento de atividades operacionais.

Com a implementação da Reestruturação e a aplicação dos efeitos do desdobramento e subsequente grupamento, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 141.412.617 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentas e doze mil, seiscentas e dezessete) ações, sendo 47.137.539 (quarenta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentas e trinta e nove) ações ordinárias e 94.275.078 (noventa e quatro milhões, duzentas e setenta e cinco mil e setenta e oito) ações preferenciais.

Acionistas dissidentes, não-controladores, optaram pelo direito de recesso previsto na Lei 6.404/76, e a Companhia registrou a aquisição de ações em tesouraria de 9.965.702 ações ordinárias e preferenciais totalizando R\$ 32.895.

As alterações nas participações acionárias na controlada Polimetal e na Companhia foram contabilizadas como transações de capital no montante de R\$ 40.996. Os valores contábeis dos acionistas controladores e dos acionistas não controladores foram ajustados para refletir as alterações em suas participações relativas na Companhia, e as diferenças entre o valor justo do pagamento realizado e recebido, foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Companhia.

Como resultado da operação houve a incorporação de ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura das atividades operacionais do Grupo Taurus gerado anteriormente a 01 de janeiro de 2009. A Companhia optou por não reapresentar e reavaliar contabilmente as combinações de negócio anteriores a 01 de janeiro de 2009 quando da adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e por esse motivo o ágio refere-se ao montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Todos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio permanecem válidos e foram testados quanto à sua recuperabilidade conforme descrito na nota 17.

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) bem como, as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc., sediada nos Estados Unidos da América, é o Dólar norte-americano. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC exigem que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 13 – Ativos e passivos fiscais diferidos, 21 – Contingências e 22 – Instrumentos financeiros.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: 13 – Ativos e passivos fiscais diferidos, 21 – Contingências e 22 – Instrumentos financeiros.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas investidas da Companhia:

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para o IFRS e CPC a Companhia optou por não reapresentar as combinações de negócio anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009 o ágio representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Estes intangíveis foram testados quanto à redução do seu valor recuperável na data de transição, conforme descrito na nota explicativa 4e(i). Não foram identificados passivos não registrados antes da adoção do IFRS que deveriam ser adotados no momento da transição para o IFRS.

(ii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

(iii) Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as participações em controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(iv) Investimento em coligada

A coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

O investimento na coligada é contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial e é reconhecido inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (o ágio em coligada não é registrado e testado para redução do valor recuperável separadamente). As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais da coligada, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia, a partir da data em que uma influência significativa começa a existir até a data em que aquela influência significativa cessa. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da companhia investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-companhia, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*).

Apesar da influência significativa sobre as atividades econômicas e operacionais, as demonstrações contábeis da Famastil Taurus Ferramentas S.A. não foram consolidadas em função da Controladora não atender aos critérios específicos do CPC 18 e IAS 28 para o reconhecimento do controle em conjunto dessa empresa.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Não existem operações em economias hiperinflacionárias.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

Ganhos ou perdas cambiais resultantes de item monetário a receber de, ou a pagar a uma operação no exterior, cuja liquidação não tenha sido nem planejada nem tenha probabilidade de ocorrer no futuro previsível e cuja essência seja considerada como fazendo parte do investimento líquido na operação no exterior, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, ajustados por qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata sem penalidades para a Companhia. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que sejam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo

simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, pois não há previsão de resgate por parte dos seus detentores a seu critério. Ações preferenciais não dão direito a voto ou dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro remanescente permanece nas reservas de lucro no patrimônio líquido até a destinação aprovada na assembléia dos acionistas.

Ações em tesouraria

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o *déficit* resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é mantido para negociação, e não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Edifícios	27 anos
Máquinas e equipamentos	15 a 20 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Outros componentes	5 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de investimentos é incluído nos ativos intangíveis.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio é incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação à companhia investida registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil da companhia investida registrada por equivalência patrimonial.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização é 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos dos processos de fabricação adquiridos de terceiros é de 5 anos.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Durante o exercício a taxa média utilizada pela Companhia foi de aproximadamente 0,93% a.m. A contrapartida dos ajustes a valor presente no contas a receber dá-se contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio média ponderada móvel (MPM) e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de

crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou a Companhia de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada não é reconhecido individualmente e, portanto, não é testado para perda de valor recuperável separadamente. Ao invés disso, o valor total do investimento em uma coligada é testado para perda de valor como um ativo único quando há evidência objetiva de que o investimento em uma coligada possa demonstrar perda em seu valor recuperável.

(iii) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

j. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativos aos exercícios findos até 31 de dezembro de 2009. A adoção deste regime se tornou obrigatória a partir do exercício de 2010.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio

da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

n. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado, e ativos intangíveis que não ágio.

o. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 35% do lucro líquido anual, apurado de acordo com a legislação societária no Brasil e práticas contábeis adotadas no Brasil, seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

q. Ativo não circulante mantido para a venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para a venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas de ativo e passivo.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado e de fluxo de caixa, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados na Nota 8.

Adicionalmente, a demonstração do resultado foi reclassificada para fins de comparação das operações descontinuadas em 2011, como se estas tivessem ocorrido em 2010. (Veja Nota 8)

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgação;
- Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro;
- Alterações ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- Alterações ao IAS 28 – Investimentos em associadas;
- Alterações ao IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras;
- Alterações ao IAS 19 – Benefícios a empregados;
- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas;
- IFRS 11 – Acordos em conjunto;
- IFRS 12 – Divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas;
- IFRS 13 – Mensuração de valor justo;
- IFRIC 20 – Custos relacionados a extração mineral.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia está em fase de análise dos impactos destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

s. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que as Empresas do Grupo atenderão às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais as Empresas do Grupo reconhecem como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Controlada Taurus Blindagens Nordeste Ltda. possui a seguinte subvenção governamental:

ICMS – Desenvolve

Em 2 e 3 de abril de 2005, foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE, a Resolução nº 118/2005, do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE, que habilitou “*ad referendum*” do Plenário ao estabelecimento-sede localizado em Simões Filho/BA, concedendo-lhe os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, com a

finalidade de implantação da indústria para produzir capacetes para segurança e escudos antitumulto, nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE;
- Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da publicação da Resolução concessiva no DOE.

No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Controlada terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes à título de ICMS.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi registrada nos resultados dos exercícios de 2011, e está mencionado na nota 26.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(ii) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade da Companhia e contraparte quando apropriado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco. Para a receita da Companhia não há concentração de vendas para um único cliente, não havendo concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. A análise da Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação de crédito; estes

limites são revisados trimestralmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar quando houver a liquidação dos títulos. Para órgãos públicos a Administração da Companhia avalia individualmente a capacidade de pagamento e os requisitos licitatórios para realização da venda.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, varejista ou órgãos públicos, localização geográfica, indústria e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico e conhecimento dos negócios pela Administração.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Além disso, a Companhia mantém as seguintes linhas de crédito:

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto às instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 18, e todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas integralmente, exceto pela controlada Taurus Holdings, Inc. que possui linha de crédito no valor de USD 25,000 mil e em 2011 está utilizando USD 20,000 mil.

Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito, não contratadas, com os maiores bancos que operam no Brasil, em valores aproximados de R\$ 500.000 mil a prazos e taxas de mercado.

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, afetem os resultados da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração. Em determinadas circunstâncias, a Companhia busca aplicar contabilidade de *hedge* para assegurar os resultados operacionais de exportações, orçados; não se caracterizando como operações especulativas.

(vi) Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande

maioria o Real (R\$), mas também o Dólar Americano (USD). A moeda na qual estas transações são denominadas principalmente é o Dólar Americano (USD).

Em geral, a Companhia busca proteger sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação às vendas previstas para os próximos seis meses. A Companhia utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações contábeis. Quando necessário, os contratos de mercado futuro são renovados no vencimento.

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia busca que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

(vii) Risco de taxas de juros

A Companhia adota uma política de garantir que em torno de 30% de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos seja com base em uma taxa fixa.

(viii) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações, exigências para a reconciliação e monitoramento de operações, cumprimento com exigências regulatórias e legais, documentação de controles e procedimentos, exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados, exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas, desenvolvimento de planos de contingência, treinamento e desenvolvimento profissional, padrões éticos e comerciais, mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados à alta Administração da Companhia.

(ix) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e

participações de não controladores. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida consolidada da Companhia para relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do passivo	801.422	539.282
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(162.226)	(188.674)
Dívida líquida (A)	639.196	350.608
Total do patrimônio líquido (B)	325.335	460.526
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro (A/B)	1,96	0,76

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. Nem a Companhia, nem suas controladas e coligada, estão sujeitas às exigências externas impostas de capital. A entidade gerencia os requisitos de capital de forma agregada.

7 Segmentos operacionais

A Companhia possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: forjamento (a partir de perfis chatos), usinagem (a partir de perfis chatos de aço e através de fresadoras, furadeiras, tornos, brochadeiras, etc.), MIM – *Metal Injection Molding* (peças injetadas em metal), montagem (manual), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico e superficial e montagem final (ajustes necessários); essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A. e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – *Acrylonitrile Butadiene Styrene*), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda., Taurus Blindagens Nordeste Ltda. e Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.

Máquinas – trata-se de desenvolvimento, fabricação e comercialização de máquinas operatrizes e de seus componentes; essas operações são realizadas pela Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.

Outros – resultado do segmento de forjados (Forjas Taurus S.A.); coletes antibalístico e produtos plásticos (Taurus Blindagens Ltda.). Inclui também outras operações como a fabricação e venda de óculos, escudos antitumulto e prestação de serviços. Nenhum destes segmentos operacionais atingiu qualquer um dos limites quantitativos para determinar segmentos divulgáveis em 2011 ou 2010.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos da administração que são analisados pela Administração da Companhia. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em termos do mercado.

A conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis está divulgada a seguir:

	Armas		Capacetes		Máquinas (descontinuada)		Outros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receitas externas	451.998	452.284	117.561	94.979	35.124	62.439	48.409	61.856	653.092	671.558
Receitas intersegmentos	-	6.000	-	47	241	2.264	12.279	10.553	12.520	18.864
Custos das vendas	(246.461)	(223.066)	(65.966)	(56.357)	(36.072)	(53.644)	(41.273)	(50.599)	(389.772)	(383.666)
Lucro (prejuízo) bruto	205.537	235.218	51.595	38.669	(707)	11.059	19.415	21.810	275.840	306.756
Despesas com vendas	(71.652)	(81.008)	(16.209)	(14.040)	(9.478)	(6.890)	(2.272)	-	(99.611)	(101.938)
Despesa gerais e administrativas	(55.006)	(57.801)	(2.433)	(7.399)	(3.408)	(3.070)	(5.482)	(1.537)	(66.329)	(69.807)
Depreciação e amortização	(2.759)	(922)	(229)	(3)	(124)	(106)	(1.515)	(148)	(4.627)	(1.179)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.215)	(14.860)	364	2.848	(13.517)	88	(791)	(1.240)	(21.159)	(13.164)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	1.906	1.753	1.906	1.753
	(136.632)	(154.591)	(18.507)	(18.594)	(26.527)	(9.978)	(8.154)	(1.172)	(189.820)	(184.335)
Lucro (prejuízo) operacional	68.905	80.627	33.088	20.075	(27.234)	1.081	11.261	20.638	86.020	122.421
Receitas financeiras	42.527	33.686	6.116	6.975	1.312	1.674	542	1	50.497	42.336
Despesas financeiras	(93.198)	(34.901)	(2.274)	(1.432)	(9.356)	(7.450)	(1.352)	(6.160)	(106.180)	(49.943)
Resultado financeiro líquido	(50.671)	(1.215)	3.842	5.543	(8.044)	(5.776)	(810)	(6.159)	(55.683)	(7.607)
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	18.234	79.412	36.930	25.618	(35.278)	(4.695)	10.451	14.479	30.337	114.814
Eliminação das receitas intersegmentos	-	(6.000)	-	(47)	(241)	(2.264)	(12.279)	(10.553)	(12.520)	(18.864)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	18.234	73.412	36.930	25.571	(35.519)	(6.959)	(1.828)	3.926	17.817	95.950
Ativos dos segmentos divulgáveis	544.317	596.753	161.505	154.347	137.785	162.406	283.050	86.355	1.126.657	999.861
Passivos dos segmentos divulgáveis	644.049	374.012	47.005	46.467	81.728	95.400	28.640	23.403	801.422	539.282

Conciliação da receita e do lucro de segmentos divulgáveis

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita		
Receita total de segmentos divulgáveis	653.092	671.558
Eliminação de operações descontinuadas	<u>(35.124)</u>	<u>(62.439)</u>
Receita consolidada	<u>617.968</u>	<u>609.119</u>
Lucros ou prejuízos		
Total dos lucros dos segmentos reportáveis	30.337	114.814
Eliminação de lucros intersegmento	(12.520)	(18.864)
Eliminação de operações descontinuadas	<u>35.519</u>	<u>6.959</u>
Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>53.336</u>	<u>102.909</u>

Segmentos geográficos

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente.

	Armas	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Mercado interno		
Região Sudeste	50.472	76.723
Região Sul	24.756	14.657
Região Nordeste	19.776	18.223
Região Norte	10.057	6.819
Região Centro-Oeste	<u>18.813</u>	<u>14.391</u>
	<u>123.874</u>	<u>130.813</u>
Mercado externo		
Estados Unidos	302.819	302.755
Argentina	4.868	3.195
Filipinas	4.704	2.007
Tailândia	1.327	1.925
Paquistão	2.390	-
Venezuela	-	1.819
Outros países	<u>12.016</u>	<u>9.770</u>
	<u>328.124</u>	<u>321.471</u>
	<u>451.998</u>	<u>452.284</u>

		Capacetes	
		2011	2010
Mercado interno			
Região Sudeste		34.731	30.584
Região Sul		7.624	6.845
Região Nordeste		35.630	25.981
Região Norte		20.296	17.603
Região Centro-Oeste		18.306	13.073
		<u>116.587</u>	<u>94.086</u>
Mercado externo			
Bolívia		25	-
Paraguai		778	893
Peru		88	-
Uruguai		83	-
		<u>974</u>	<u>893</u>
		<u>117.561</u>	<u>94.979</u>
		Máquinas	
		2011	2010
Mercado interno			
Região Sudeste		22.363	39.623
Região Sul		9.234	17.208
Região Nordeste		-	513
Região Norte		9	2.660
		<u>31.606</u>	<u>60.004</u>
Mercado externo			
Argentina		-	5
Estados Unidos		3.518	2.388
Países Baixos		-	7
Venezuela		-	35
		<u>3.518</u>	<u>2.435</u>
		<u>35.124</u>	<u>62.439</u>

Os outros segmentos do Grupo possuem suas vendas concentradas no mercado interno e bastante pulverizadas no Brasil.

As vendas da Companhia e suas controladas não sofrem restrições e não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente.

8 Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em setembro de 2011, a Administração elaborou plano de alienação da controlada Taurus Máquinas, conforme descrito na nota 2.a., com previsão de conclusão dessa transação dentro dos próximos 12 meses. Nas demonstrações contábeis individuais comparativas da Companhia, a participação na controlada Taurus Máquinas é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial e reclassificado para os ativos mantidos para venda.

Devido à decisão pela Administração de alienar o investimento na controlada Taurus Máquinas, em setembro de 2011, os ativos e passivos relacionados a essa controlada foram classificados nas demonstrações contábeis consolidadas como “mantido para venda” em conformidade com os pronunciamentos técnicos IFRS 5 e CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

O resultado consolidado das operações descontinuadas incluído na demonstração do resultado consolidado está apresentado a seguir. O resultado comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2010.

a. Prejuízo do exercício das operações descontinuadas

	2011
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	
Receitas	37.349
Despesas	(73.015)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	<u>(35.666)</u>

Ativos e passivos relacionados à operações descontinuadas

As operações da controlada Taurus Máquinas foram classificadas e contabilizadas em 31 de dezembro de 2011 como um grupo de ativos mantido para venda, conforme segue:

	Consolidado
	2011
Ativos relacionados às operações descontinuadas	
Caixa e equivalentes de caixa	136
Cientes e contas a receber	21.775
Estoques	48.715
Impostos a recuperar	2.698
Imobilizado e intangível	21.816
Instrumentos financeiros derivativos	128
Crédito com pessoas ligadas	34.136
Outros ativos	8.381
	<u>137.785</u>
	Consolidado
	2011
Passivos associados às operações descontinuadas	
Fornecedores	2.025
Provisões	2.798
Adiantamento de clientes	5.228
Empréstimos e financiamentos	68.481
Outros passivos	3.196
	<u>81.728</u>

Imediatamente antes da classificação inicial dos ativos e passivos como mantidos para venda, os valores contábeis eram mensurados de acordo com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. A controlada Taurus Máquinas reconheceu, conforme o IAS 36 e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a perda por redução ao valor recuperável relativamente à redução de ativos mantido para venda ao valor justo menos as despesas de venda conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado
	2011
Ajustes do saldo contábil a valor justo menos despesas de venda	
Estoques	<u>(6.723)</u>

O valor contábil dos demais ativos e passivos mantidos para venda foi comparado com os valores justos menos as despesas para venda e não houve a necessidade de registro de outras perdas por *impairment*.

b. O fluxo de caixa líquido dos ativos mantidos para venda está apresentado a seguir:

	Controlada Taurus Máquinas (Operação descontinuada)	
	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(22.926)	(7.454)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(208)	(4.218)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	18.812	14.002
Fluxo de caixa total	(4.322)	2.330

	2011	2010
Reconciliação dos fluxos de caixa		
Fluxo de caixa	(4.322)	2.330
Efeito de eliminação de consolidação	(27.569)	3.106
Resultado de operações em descontinuidade	35.666	7.322
Variação líquida dos ativos e passivos mantidos para venda	3.775	12.758

A Companhia vem mantendo tratativas com potencial comprador já identificado no sentido de chegar a um acordo quanto aos termos gerais para a concretização da venda. A Companhia está também em processo de avaliação sobre a forma da operação com objetivo de satisfazer às demandas de ambas as partes, incluindo a otimização da estrutura societária e dos custos tributários durante e após a efetivação do negócio. A Administração não espera incorrer em perdas adicionais relevantes com esta operação.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Saldo em caixa	76	98	37	31
Depósitos à vista	74.682	39.552	12.360	26.228
Aplicações financeiras	87.468	149.024	58.923	112.111
Caixa e equivalentes de caixa	162.226	188.674	71.320	138.370

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas variáveis de 98 a 103% do CDI (100 a 103% do CDI em 2010) tendo como contraparte bancos de primeira linha. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 22.

10 Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Cientes no país	101.082	107.037	69.171	56.578
Cientes - partes relacionadas no país	-	-	83	488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa no país	(3.484)	(6.337)	(2.657)	(3.224)
Cientes no exterior	54.218	54.426	6.858	13.001
Cientes - partes relacionadas no exterior	-	-	71.436	39.068
Provisão para créditos de liquidação duvidosa no exterior	(2.935)	(3.857)	(12)	(398)
Total	<u>148.881</u>	<u>151.269</u>	<u>144.879</u>	<u>105.513</u>
Circulante	<u>148.881</u>	<u>148.925</u>	<u>144.879</u>	<u>105.513</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>2.344</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a clientes e a outras contas, são divulgadas na nota explicativa 22.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(9.087)	(3.484)
Adições	(1.925)	(222)
Baixa por utilização	<u>818</u>	<u>84</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(10.194)	(3.622)
Adições	(43)	(11)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	950	-
Baixa por utilização	564	964
Transferência para ativo mantido para venda	<u>2.304</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(6.419)</u>	<u>(2.669)</u>

11 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Produtos acabados	146.856	124.185	26.244	23.863
Produtos em elaboração	43.106	53.205	38.722	32.180
Matéria prima	38.203	69.944	11.881	10.386
Materiais auxiliares e de manutenção	<u>9.413</u>	<u>12.305</u>	<u>9.369</u>	<u>11.268</u>
	<u>237.578</u>	<u>259.639</u>	<u>86.216</u>	<u>77.697</u>

12 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	5.508	5.896	4.728	4.331
IPI	1.187	1.958	415	386
PIS	442	603	396	414
COFINS	2.044	2.772	1.840	1.909
ISSQN	-	8	-	-
Imposto de renda e contribuição social	11.513	9.676	5.781	8.462
Total	20.694	20.913	13.160	15.502
Circulante	17.141	16.898	9.950	12.228
Não circulante	3.553	4.015	3.210	3.274

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia e suas controladas.

PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis.

Imposto de renda e contribuição social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

13 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado mensalmente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base líquida.

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	2011	2010
Ativos		
Provisão para comissões	1.455	2.177
Ajuste a valor presente	187	233
Provisão processos trabalhistas	552	562
Provisão processo empregador	782	408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.762	1.970
Provisão para garantia de produtos	66	392
Provisão para perda de incentivos fiscais	-	13
Instrumentos financeiros derivativos	6.886	-
Prejuízo fiscal e Base negativa CSLL (b)	37.448	-
Estoques – lucros não realizados	6.822	9.804
Outros itens	137	138
	<u>56.097</u>	<u>15.697</u>
Passivos		
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.898)	(6.651)
Diferença de base de depreciação	(6.378)	(3.354)
Encargos financeiros	(1.006)	(682)
Instrumentos financeiros derivativos	(6.160)	(878)
	<u>(18.442)</u>	<u>(11.565)</u>
Total ativo e passivo	<u>37.655</u>	<u>4.132</u>

	Controladora	
	2011	2010
Ativos		
Provisão para comissões	1.455	1.929
Ajuste a valor presente	187	233
Provisão processos trabalhistas	552	501
Provisão processo empregador	782	408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	459	459
Instrumentos financeiros derivativos	6.582	-
Outros itens	137	138
	<u>10.154</u>	<u>3.668</u>
Passivos		
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.907)	(5.175)
Diferença de base de depreciação	(1.339)	(917)
Encargos financeiros	(968)	(419)
Instrumentos financeiros derivativos	(6.045)	(878)
	<u>(12.259)</u>	<u>(7.389)</u>
Total ativo e passivo	<u>(2.105)</u>	<u>(3.721)</u>

a. A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 37.878 em 2011 (R\$ 24.747 em 2010), não reconhecidos contabilmente. O imposto de renda e contribuição social sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa serão reconhecidos à medida que houver evidências de que sua realização é provável em um futuro previsível.

b. Como parte da reestruturação societária, ocorrida em 04 de julho de 2011, que trata do aproveitamento dos benefícios econômicos e estratégicos de mercado para novos segmentos (veja nota 2.b), a Administração da Companhia considerou a existência dos saldos acumulados de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido registrada na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. para o registro de ativo fiscal diferido. O registro contábil foi realizado quando se tornou provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação da existência de lucro tributável futuro foi fundamentada na atividade operacional a ser executada pela controlada no novo segmento de mercado “Segmento Polimetal”, o qual será responsável por parcela significativa das operações do Grupo.

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2011 na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	IRPJ	CSLL	Total	% de participação
2012	1.874	674	2.548	6,80%
2013	2.029	730	2.759	7,37%
2014	2.198	791	2.989	7,98%
2015	2.380	857	3.237	8,64%
De 2016 a 2021	19.055	6.860	25.915	69,21%
Total	<u>27.536</u>	<u>9.912</u>	<u>37.448</u>	<u>100,00%</u>

14 Antecipação de créditos imobiliários

Em 11-08-2008 a controlada Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. celebrou junto à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, diversos contratos destinados a promover a securitização de recebíveis imobiliários, decorrentes de contratos de locação firmados pelo prazo de 7 (sete) anos com a Companhia e sociedades por esta controladas, no montante aproximado de R\$ 51.000, líquido de R\$ 2.272 relativos às comissões com a estruturação da operação.

Em representação dos créditos imobiliários decorrentes dos mencionados contratos de locação, a Empresa emitiu Cédulas de Créditos Imobiliários – CCI, cedendo-as, onerosamente, à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização, que os utilizou como lastro para a emissão de duas séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI. Estes certificados possuem prazos e datas de vencimentos mensais fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em 15-09-2008 e o último ocorrerá em 15-07-2015. Em 2011 o saldo total atualizado (curto e longo prazo) é de R\$ 36.127 (R\$ 42.117 em 31-12-2010).

15 Investimentos

	Participação	Quantidade de ações/quotas	Saldos das controladas em aberto com a controladora					Efeitos de resultado das transações das controladas com a controladora					
			Ativos circulantes (Clientes)	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Investimento	Receitas	Despesas	Lucros ou prejuízos	Equivalência patrimonial
2010													
Taurus Blindagens Ltda.	99,86%	80.097.902	-	-	-	-	-	110.425	110.271	-	-	26.263	24.101
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	0,10%	1	-	-	-	-	-	8.386	1	-	-	(1.005)	-
Taurus Holdings, Inc.	100,00%	302.505	39.068	-	39.068	302	302	92.989	77.063	189.887	-	18.908	18.725
Taurus Security Ltda.	60,00%	60.000	-	547	547	-	-	(249)	300	-	-	-	-
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	53,97%	58.631.830	488	26.838	27.326	424	424	37.080	20.048	7.715	-	(12.286)	(23.832)
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	71,13%	21.414.136	-	-	-	-	-	36.951	25.506	-	6.317	13.849	10.131
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	35,00%	1.400.000	-	-	-	-	-	32.987	13.760	-	-	5.008	1.753
			39.556	27.385	66.941	726	726		246.949	197.602	6.317		30.878
2011													
Taurus Blindagens Ltda.	0,01%	648	-	-	-	286	286	116.491	1	-	-	26.092	25.396
Taurus Blindagens Nordeste Ltda.	0,10%	1	-	-	-	-	-	13.843	14	-	-	5.448	2
Taurus Holdings, Inc.	100,00%	302.505	67.194	-	67.194	34	34	116.580	107.271	206.128	-	9.684	16.302
Taurus Security Ltda.	60,00%	60.000	-	328	328	-	-	(249)	-	-	-	-	-
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	73,91%	21.414.136	-	-	-	-	-	26.605	17.904	-	5.384	(15.148)	(11.607)
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	99,99%	209.999.999	-	-	-	-	-	194.825	194.447	-	-	29.955	37.264
Famastil Taurus Ferramentas S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	-	37.036	2.215	-	-	5.446	1.931
			67.194	328	67.522	320	320		321.852	206.128	5.384		69.288

- (1) Em 20 de dezembro de 2011 o investimento na controlada Famastil Taurus Ferramentas S.A. foi transferido para a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. como parte da reestruturação societária descrita na nota explicativa 2.b. O resultado de equivalência patrimonial, a partir da data de transferência do investimento, foi contabilizado na controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e eliminado no procedimento de consolidação do Grupo.

As demonstrações contábeis da Taurus Holdings, Inc., controlada no exterior, apresentam um ativo total de R\$ 284.225 (R\$ 203.537 em 2010) e um passivo circulante e não circulante de R\$ 167.645 (R\$ 110.548 em 2010). A Taurus Holdings, Inc., localizada no estado da Florida, Estados Unidos, é controladora da Taurus International Manufacturing Inc., da Braztech International L.C. e de outras subsidiárias localizadas também em território norte-americano, atuando principalmente na revenda de armas importadas da Forjas Taurus S.A., destinadas a atacadistas naquele mercado. As receitas líquidas consolidadas totais da Taurus Holdings Inc. apuradas em 2011 foram equivalentes a R\$ 302.819 (R\$ 302.755 em 2010) e o lucro líquido equivalente a R\$ 9.684 (R\$ 18.908 em 2010).

Sobre as operações de empréstimos de mútuo com a Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., incidem os seguintes encargos: sobre R\$ 51.708 (R\$ 15.020 em 2010) 100% do CDI e sobre R\$ 6.832 (R\$ 11.818 em 2010), TJLP e juros de 0,16 a 2% a.a.

16 Imobilizado

Consolidado								
	Terrenos, edifícios e instalações	Máquinas e equipamentos	Matrizes e ferramentas	Móveis e computadores	Veículos	Bens em construção	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	85.437	160.572	32.516	19.847	5.279	17.490	1.749	322.890
Adições	7.370	3.285	483	1.245	662	30.111	3.571	46.727
Alienações	-	(163)	(9)	(56)	(978)	(727)	-	(1.933)
Outras movimentações	-	(868)	51	12	2	-	-	(803)
Transferências de bens em construção	10.898	10.537	6.011	828	-	(28.274)	-	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	2.286	1.694	-	282	13	-	-	4.275
Transferência para ativo mantido para vendas	(1.352)	(22.002)	(3.172)	(1.303)	(958)	(23)	-	(28.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	104.639	153.055	35.880	20.855	4.020	18.577	5.320	342.346
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.029	38.749	11.465	7.222	1.212	-	-	64.677
Depreciação no período	3.367	16.021	6.046	2.615	818	-	-	28.867
Alienações	(1.193)	(245)	(9)	(19)	(304)	-	-	(1.770)
Efeito das variações das taxas de câmbio	382	544	-	177	2	-	-	1.105
Transferência para ativo mantido para vendas	(443)	(3.915)	(1.618)	(689)	(344)	-	-	(7.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.142	51.154	15.884	9.306	1.384	-	-	85.870
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2010	79.408	121.823	21.051	12.625	4.067	17.490	1.749	258.213
Em 31 de dezembro de 2011	96.497	101.901	19.996	11.549	2.636	18.577	5.320	256.476

Controladora								
	Terrenos, edifícios e instalações	Máquinas e equipamentos	Matrizes e ferramentas	Móveis e computadores	Veículos	Bens em construção	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.183	106.218	18.861	6.600	3.175	8.181	1.487	145.705
Adições	-	740	184	565	582	23.498	3.029	28.598
Alienações	-	(120)	(9)	(31)	(943)	(721)	-	(1.824)
Outras movimentações	(1)	(858)	55	11	7	-	-	(786)
Transferências de bens em construção	2.304	8.447	5.724	768	-	(17.243)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.486	114.427	24.815	7.913	2.821	13.715	4.516	171.693
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175	25.331	6.192	2.363	770	-	-	34.831
Depreciação no período	183	11.061	3.663	1.056	450	-	-	16.413
Alienações	-	(204)	(9)	(10)	(295)	-	-	(518)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	358	36.188	9.846	3.409	925	-	-	50.726
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2010	1.008	80.887	12.669	4.237	2.405	8.181	1.487	110.874
Em 31 de dezembro de 2011	3.128	78.239	14.969	4.504	1.896	13.715	4.516	120.967

Garantia

A fim de mitigar as despesas financeiras com empréstimos e financiamentos a Companhia, usualmente utiliza os seus ativos como garantidores dos recursos obtidos junto às instituições financeiras. Apesar de grande parte do ativo imobilizado estar garantindo operações de empréstimos e financiamentos, historicamente a Companhia tem liquidado suas obrigações nos prazos contratuais e as garantias com ativos do imobilizado nunca foram utilizadas. Em 31 de dezembro de 2011 a companhia utiliza o montante de R\$ 72.393 em garantias.

17 Ativos intangíveis

	Consolidado			
	Ágio	Marcas e patentes	Custos de desenvolvimento	Implantação de sistemas
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	3.580	8.965	382
Aquisições por incorporação (Nota 2.b)	33.144	-	504	462
Baixas	(645)	-	(347)	-
Transferência de outros grupos	-	-	-	13
Efeito das variações das taxas de câmbio	-	(123)	(77)	-
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	32.499	3.457	9.045	837
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	2.862	41
Amortização do período	-	-	1.087	112
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	3.949	148
Valor contábil				
Em 31 de dezembro de 2010	-	3.580	6.103	341
Em 31 de dezembro de 2011	32.499	3.457	5.096	689

	Controladora			
	Marcas e patentes	Custos de desenvolvimento	Implantação de sistemas	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	237	8.448	300	8.985
Aquisições por combinação de negócios	-	-	459	459
Baixas	-	-	-	-
Transferência de outros grupos	-	-	13	13
Saldo em 31 de dezembro de 2011	237	8.448	772	9.457
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	2.862	33	2.895
Amortização do período	-	1.087	97	1.184
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	3.949	130	4.079
Valor contábil				
Em 31 de dezembro de 2010	237	5.586	267	6.090
Em 31 de dezembro de 2011	237	4.499	642	5.378

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais do Grupo.

Unidade geradora de caixa	2011
Forjas Taurus S.A.	21.194
Taurus Holdings, Inc.	2.893
Taurus Blindagens Ltda.	6.823
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.	1.045
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	544
Total	32.499

O teste de recuperabilidade para as UGC mencionadas acima foram realizados com base no valor justo menos as despesas de venda em 2011. Desta forma, a Administração determinou que a utilização do múltiplo Valor da Empresa/EBITDA para valorizar o seu negócio não era mais apropriado, e o valor justo menos despesas de venda foi estimado baseado nos fluxos de caixa descontados.

Em 30-09-2011 o segmento de operação de máquinas, representado pela empresa e UGC Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., foi identificado pela Administração como disponível para venda. A Administração decidiu tomar diversas ações objetivando a alienação do investimento na controlada Taurus Máquinas, e portanto, espera-se que os fluxos de caixa do ativo ou grupo de ativos resultem principalmente da venda e, não, das operações contínuas da empresa. Por esse motivo o valor contábil desta UGC foi determinado como maior que o seu valor recuperável e um ajuste para redução ao valor recuperável de R\$ 645 foi reconhecido. A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente atribuída ao ágio.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa e taxas de crescimento. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	Taxa de crescimento
	WAAC	
	2011	2011
Forjas Taurus S.A.	11,01%	8,20%
Taurus Holdings, Inc.	11,01%	4,54%
Taurus Blindagens Ltda.	11,01%	8,20%
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.	11,01%	8,20%
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	11,01%	8,20%

Taxa de desconto

A taxa de desconto para todas as UGC são representadas por uma taxa antes dos impostos (*pre-tax rate*) baseada nos títulos de renda fixa do tesouro norte-americano (*T-Bond*) de 30 anos, ajustadas por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da Unidade em questão. Foi estimada, baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, a média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, o qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/patrimônio líquido de 18,3% a uma taxa de juros de mercado de 8,58%.

Taxa de crescimento e perpetuidade

As projeções estão de acordo com o *Business Plan* elaborado pela Administração da Companhia Taurus. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país. Após o período de projeção de 10 exercícios, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico (crescimento na perpetuidade).

Para as UGCs Forjas Taurus S.A., Taurus Blindagens Ltda., Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda., e Famastil Taurus Ferramentas S.A. a taxa de crescimento projetado é de 8,2% a.a. representado pela projeção de aumento do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil no longo prazo – de 3,6% e projeção de inflação da economia brasileira de 4,6%.

Para a UGC Taurus Holdings, Inc. a taxa de crescimento projetado é de 4,54% a.a. representado pela projeção de aumento do Produto Interno Bruto – PIB dos Estados Unidos da América no longo prazo – de 2,5% e projeção de inflação da economia Norte Americana de 2,04%.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor recuperável estimado para as UGCs é superior ao valor contábil de registro do ágio. A Administração identificou duas premissas principais as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável. A tabela abaixo apresenta o montante no qual alterações individuais nas duas premissas básicas poderiam resultar no valor recuperável ser igual ao valor contábil:

Unidade geradora de caixa	Alteração requerida para que o valor recuperável seja igual ao valor contábil	
	Taxa de desconto	Taxa de crescimento e perpetuidade
Forjas Taurus S.A.	78,7 p.p.	-142,3 p.p.
Taurus Holdings, Inc.	156,4 p.p.	-418,7 p.p.
Taurus Blindagens Ltda.	329,1 p.p.	-410,7 p.p.
Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda.	329,1 p.p.	-410,7 p.p.
Famastil Taurus Ferramentas S.A.	379,9 p.p.	-455 p.p.

Os valores utilizados nas premissas principais representam a melhor estimativa da Administração do futuro do segmento operacional onde atuam cada UGC, baseado em fontes internas (dados históricos) e externas. Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais do Grupo, que representam o nível mais baixo dentro do Grupo, em que o ágio é monitorado para os propósitos da administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais do Grupo.

18 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 21.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante				
Empréstimos bancários garantidos				
Capital de giro	39.948	43.998	39.948	22.362
Desconto de recebíveis	14.107	-	14.107	-
FINAME	2.855	11.330	2.444	7.036
FINEP	8.625	11.922	8.068	5.956
BNDES-PEC	5.644	5.745	5.644	5.745
FNE	65	-	-	-
BNDES-Exim-Pré-embarque	-	28	-	-
BNDES Revitaliza	-	11	-	-
Capital de giro USD	22.645	12.742	9.747	3.355
FINIMP	5.154	707	5.154	707
	<u>99.043</u>	<u>86.483</u>	<u>85.112</u>	<u>45.161</u>
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários garantidos				
Capital de giro	45.000	24.191	45.000	9.792
FINAME	5.948	3.323	4.836	8.212
FINEP	9.096	39.271	5.787	9.523
BNDES-PEC	468	5.417	468	5.417
FNE	9.806	9.806	-	-
BNDES-Exim-Pré-embarque	-	5.000	-	-
BNDES Revitaliza	-	2.845	-	-
Capital de giro USD	161.871	43.143	119.767	9.997
FINIMP	464	687	464	687
	<u>232.653</u>	<u>133.683</u>	<u>176.322</u>	<u>43.628</u>
	<u>331.696</u>	<u>220.166</u>	<u>261.434</u>	<u>88.789</u>

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

							Consolidado
							2010
							2011
							Valor
							de face
							contábil
							2010
							Valor
							de face
							contábil
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil	
Empréstimos bancários garantidos							
Capital de giro	R\$	CDI + 1,80 a 3,91% a.a.	2011-2013	102.700	84.948	76.490	68.189
Desconto de recebíveis	R\$	16,80% a.a.	2012	14.107	14.107	-	-
FINAME	R\$	TJLP + 1 a 7% a.a.	2011-2020	22.531	3.221	19.249	4.557
FINAME	R\$	3,80 a 5,50% a.a.	2011-2020	6.633	5.582	18.924	10.096
FINEP	R\$	TJLP + 0,16 a 2% a.a.	2012-2014	29.601	13.855	34.300	17.578
FINEP	R\$	5,25% a.a.	2017	8.008	3.866	27.788	33.615
BNDES-PEC	R\$	12,90% a.a.	2013	10.000	6.112	10.000	11.162
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	9.806	9.871	9.806	9.806
BNDES-Exim-Pré-embarque	R\$	4,50% a.a.	2012	-	-	5.000	5.028
BNDES Revitaliza	R\$	9% a.a.	2017	-	-	2.846	2.856
Capital de giro	USD	Libor + 0,79 a 4,80% a.a.	2011-2017	103.117	184.516	39.268	55.885
Financiamento aquisição imobilizado	USD	Libor + 1,25 a 3% a.a.	2011-2014	824	787	3.711	1.394
FINIMP	USD	Libor + 1% a.a.	2012	868	4.831	-	-
Total de passivos com incidência de juros					331.696		220.166
							Controladora
							2010
							2011
							Valor
							de face
							contábil
							2010
							Valor
							de face
							contábil
Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil	
Empréstimos bancários garantidos							
Capital de giro	R\$	CDI + 1,80 a 3,91% a.a.	2011-2014	102.700	84.948	35.700	32.154
Desconto de recebíveis	R\$	16,80% a.a.	2012	14.107	14.107	-	-
FINAME	R\$	TJLP + 2,25 a 7% a.a.	2011-2014	20.216	1.698	15.215	10.691
FINAME	R\$	3,80 a 5,50% a.a.	2011-2021	6.633	5.582	3.709	4.557
FINEP	R\$	TJLP + 0,16 a 2% a.a.	2012-2014	29.601	13.855	29.601	15.479
BNDES-PEC	R\$	12,90% a.a.	2013	10.000	6.112	10.000	11.162
Capital de giro	USD	Libor + 0,79 a 4,80% a.a.	2011-2017	71.849	129.514	8.000	13.352
Financiamento aquisição imobilizado	USD	Libor + 1,25 a 3% a.a.	2011-2014	824	787	3.711	1.394
FINIMP	USD	Libor + 1,10 % a.a.	2012	868	4.831	-	-
Total de passivos com incidência de juros					261.434		88.789

Cronograma de vencimentos do passivo não circulante:

			2011
Ano de vencimento	Consolidado	Controladora	
2013	89.403	57.982	
2014	64.963	61.738	
2015	31.101	27.854	
2016	30.629	27.791	
2017 em diante	16.557	957	
	232.653	176.322	

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e aval dos diretores. Os avais concedidos por diretores, pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas e controladora estão demonstrados na nota explicativa 23 – Partes relacionadas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contém cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias e determinam a manutenção de determinados índices financeiros (dívida líquida/EBITDA ajustado por itens não recorrentes). Em 31 de dezembro de 2011, todas estas cláusulas foram atendidas pelas Empresas Taurus.

19 Debêntures

Em 8 de junho de 2010 e 6 de setembro de 2011, a Companhia celebrou instrumento particular de escritura pública para a 1ª e 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações no valor nominal total de R\$ 103.000 e R\$ 50.000, respectivamente.

A emissão ocorreu em série única, correspondendo a 10.300 debêntures para a 1ª emissão e 200 debêntures para a 2ª emissão, distribuídas no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures, com esforços restritos de colocação destinada exclusivamente a investidores qualificados.

Para a 1ª emissão o valor nominal unitário será pago em 7 parcelas semestrais, com carência de 12 meses, iniciado em 15 de abril de 2011. Para a 2ª emissão o valor nominal unitário será pago em 13 parcelas trimestrais, com carência de 2 anos, iniciado em 23 de agosto de 2013. Sobre este valor incidirão juros remuneratórios calculados em regime de capitalização composta, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida de juros remuneratórios discriminados abaixo:

						2011
	<u>Indexador</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Custos de transação apropriados</u>	<u>Custos de transação a apropriar</u>
Debêntures :						
1ª emissão	Taxa DI + 4,1%	75.232	-	1.019	391	628
2ª emissão	Taxa DI + 2,8%	559	49.539	684	45	639
		<u>75.791</u>	<u>49.539</u>	<u>1.703</u>	<u>436</u>	<u>1.267</u>

As debêntures contam com garantias fidejussórias das controladas da Forjas Taurus S.A. no Brasil, constituídas por meio das fianças concedidas em caráter solidário.

O instrumento prevê o vencimento antecipado de todas as obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia e/ou da Polimetall ⁽¹⁾, realização pela Companhia ou pelas garantidoras de qualquer tipo de venda ou transferência de ativos que tenha impacto igual ou superior a 15% do ativo consolidado da Companhia ou igual ou superior a 20% da receita bruta consolidada da Companhia ⁽²⁾, realização, pela Companhia ou suas subsidiárias, de operação de financiamento, adiantamento ou mútuo, na qualidade de credoras, com qualquer dos seus controladores diretos ou indiretos, exceto com a finalidade exclusiva de refinanciar obrigações constituídas anteriormente à emissão das debêntures, prestação, pela Companhia ou suas subsidiárias, de fianças ou quaisquer tipos de garantia em operações financeiras dos controladores diretos ou indiretos em montantes acima dos já existentes na data de emissão das debêntures, manutenção de índices financeiros mínimos (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,25 vezes (1ª e 2ª emissão) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 2,75 vezes (1ª emissão), onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas corresponde ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses ⁽³⁾.

⁽¹⁾ A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 2/3 das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

⁽²⁾ A ocorrência de tais eventos poderá ser aprovada pelos titulares de, no mínimo 75% das debêntures em circulação, sem que as obrigações então se tornem vencidas antecipadamente.

⁽³⁾ Conforme Assembléia Geral dos Titulares de Debêntures da Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias, com Garantia Fidejussória e Não Conversíveis em ações da Forjas Taurus S.A. realizada em 29 de setembro de 2011, foi deliberado sobre aprovação das alterações no item XXII da Cláusula 6.21 do Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Quirografárias, com Garantia Fidejussória e Não Conversíveis em Ações da Forjas Taurus S.A. celebrada em 8 de junho de 2010, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário. Mediante pagamento de prêmio pela Companhia, no valor de 0,6% (seis décimos por cento) sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, os índices financeiros mínimos apresentados foram alterados de (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 2,5 vezes para igual ou inferior a 3,25 vezes, e (EBITDA/despesas financeiras líquidas) igual ou superior a 3,0 vezes para igual ou superior a 2,75 vezes.

A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Todas as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

Em conexão com suas estratégias e administração de recursos financeiros, a Companhia tem a intenção de efetuar o resgate antecipado das debêntures de primeira emissão, sujeito a processo de negociação com os detentores destes títulos. Considerando a expectativa de que o resgate ocorra dentro do próximo exercício, o saldo destes títulos está contabilizado no passivo circulante.

20 Provisões

	Consolidado		
	Para garantias	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	976	1.953	2.929
Provisões feitas durante o período	947	227	1.174
Provisões utilizadas durante o período	(206)	(16)	(222)
Reclassificado para passivos mantidos para venda	(1.717)	(699)	(2.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	1.465	1.465
Não circulante	-	-	-
Circulante	-	1.465	1.465
	Controladora		
	Cíveis e trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2010 - circulante	1.315	1.315	
Provisões feitas durante o período	150	150	
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - circulante	1.465	1.465	

Provisão para Garantias

A provisão para garantias está relacionada basicamente às máquinas vendidas durante o exercício de 2010 até 31-12-2011. A provisão é baseada em dados de histórico de garantias associadas com produtos e serviços semelhantes. A Companhia espera incorrer a maioria dos passivos dentro do próximo ano.

21 Contingências

a. Consolidado

Assim como na Controladora Forjas Taurus S.A., as Empresas Taurus, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram no consolidado provisão na rubrica outras contas a pagar no montante de R\$ 4.261 (R\$ 5.309 em 2010) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável como segue abaixo:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Líquido</u>
Trabalhistas	1.465	(2.065)	(600)
Tributárias			
Federal	-	(423)	(423)
Estadual	2.796	(395)	2.401
	<u>4.261</u>	<u>(2.883)</u>	<u>1.378</u>

As Empresas Taurus possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, sem mensuração com suficiente segurança, no montante consolidado de aproximadamente R\$ 23.537 (R\$ 21.705 em 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

b. Controladora

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão na rubrica outras contas a pagar no montante de R\$ 2.203 (R\$ 2.401 em 2010) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso avaliadas como risco provável como segue abaixo:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Líquido</u>
Trabalhistas	1.465	(1.184)	281
Tributárias			
Federal	-	(423)	(423)
Estadual	738	(371)	367
	<u>2.203</u>	<u>(1.978)</u>	<u>225</u>

De outra parte, a Companhia ajuizou diversas ações visando o reconhecimento de créditos fiscais diversos, cujos valores serão reconhecidos à medida de sua efetiva realização.

A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, sem mensuração com suficiente segurança, no montante aproximado de R\$ 10.578 (R\$ 18.032 em 2010) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas Taurus Blindagens Ltda., Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda., e Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo apresentando derivativos em aberto na data, organizada por vencimento, contraparte, valor nocional e valor justo:

			2011	2010		
	Contratante	Moeda de contratação referente ao valor nocional	Nocional - em milhares	Valor justo	Nocional - em milhares	Valor justo
Swap Libor 6m x CDI						
	Forjas Taurus S.A.	Dólares Americanos - USD	12.000	217	-	-
Swap Fixed x CDI						
	Forjas Taurus S.A.	Reais - BRL	37.356	1.801	-	-
	Taurus Blindagens Ltda.	Reais - BRL	9.652	334	-	-
	Taurus Helmets Ind. Plástica Ltda.	Reais - BRL	4.355	150	-	-
Swap USD x CDI						
	Forjas Taurus S.A.	Reais - BRL	100.000	15.597	-	-
	Forjas Taurus S.A.	Reais - BRL	88.000	(4.099)	-	-
	Forjas Taurus S.A.	Dólares Americanos - USD	868	163	-	-
	Taurus Máquinas- Ferramenta Ltda.	Dólares Americanos - USD	680	128	-	-
Non-deliverable forward (exportação)						
	Forjas Taurus S.A.	Dólares Americanos - USD	88.100	(15.259)	36.000	2.584
				(968)		2.584
			2011		2010	
Controladora						
Instrumentos financeiros derivativos ativo			17.778		2.584	
Instrumentos financeiros derivativos passivo			(19.358)		-	
Consolidado						
Instrumentos financeiros derivativos ativo			18.262		2.584	
Instrumentos financeiros derivativos passivo			(19.358)		-	
Ativos mantidos para venda (nota 8)			128		-	

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Ressalta-se que todos os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2011 são operações de mercado de balcão, registradas na CETIP, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de *Mark to Market (MtM)*.

A seguir, são descritos cada um dos derivativos vigentes e os instrumentos que são objeto de proteção.

Non-deliverable forward (exportação)

Conforme políticas de exportação da Companhia foram contratados instrumentos financeiros derivativos para proteger um percentual da receita de exportação, com alta probabilidade de ocorrência, contra a oscilação do dólar.

Swap Libor 6m x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de *Libor 6m x CDI* com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada, para uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap fixed x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de taxas fixas relacionadas aos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (Nota 14) com objetivo de vincular a exposição de taxas de juros a uma taxa pós-fixada no mercado interno.

Swap USD x CDI

A Companhia possui posições de *swaps* convencionais de Depósitos Interbancários (DI) *versus* dólar com o objetivo de atrelar a dívida em reais, atrelada ao DI, para uma dívida fixa em dólar. Nesse mesmo sentido, a Companhia possui posições de *swaps* convencionais de dólar *versus* DI com o objetivo de atrelar a dívida em dólar a uma dívida em reais atrelada ao DI. Tais *swaps* estão atrelados às dívidas no que diz respeito a valores, prazos e fluxo de caixa.

a. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Consolidado	
	Valor contábil	
	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	659	403
Recebíveis de clientes	155.300	161.463
Demais empréstimos e recebíveis	19.948	57.341
Caixa e equivalentes de caixa	162.226	188.674
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	18.262	2.584
Total	356.395	410.465

	Controladora	
	Valor contábil	
	2011	2010
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	659	403
Recebíveis de clientes	147.548	109.135
Demais empréstimos e recebíveis	17.656	12.301
Caixa e equivalentes de caixa	71.320	138.370
Contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i> ativo	17.778	2.584
Total	254.961	262.793

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes e demais empréstimos e recebíveis na data do relatório por região geográfica foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2011	2010	2011	2010
Doméstico – recebíveis de clientes	101.082	107.037	69.254	57.066
Estados Unidos – recebíveis de clientes	47.317	53.543	71.436	51.715
Outros	6.901	883	6.858	354
Total	155.300	161.463	147.548	109.135

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data do relatório por tipo de contraparte foi:

	Consolidado		Controladora	
	Valor contábil		Valor contábil	
	2011	2010	2011	2010
Clientes – órgãos públicos	60.069	42.322	57.257	43.322
Clientes – distribuidores	8.792	53.543	79.775	51.069
Clientes finais	86.439	65.598	10.516	14.744
Total	155.300	161.463	147.548	109.135

Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento dos empréstimos e recebíveis concedidos na data das demonstrações contábeis era:

	Consolidado			
	Bruto 2011	Bruto 2010	Impairment 2011	Impairment 2010
Não vencidos	129.172	120.178	-	-
Vencidos há 0-30 dias	12.144	22.131	-	-
Vencidos há 31-360 dias	8.663	13.169	(1.098)	(4.209)
Vencidos há mais de um ano	5.321	5.985	(5.321)	(5.985)
Total	155.300	161.463	(6.419)	(10.194)

	Controladora			
	Bruto 2011	Bruto 2010	Impairment 2011	Impairment 2010
Não vencidos	131.715	95.618	-	-
Vencidos há 0-30 dias	4.372	5.375	-	-
Vencidos há 31-360 dias	7.403	5.682	(410)	(1.162)
Vencidos há mais de um ano	4.058	2.460	(2.259)	(2.460)
Total	147.548	109.135	(2.669)	(3.622)

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 30 dias; grande parte do saldo, que inclui o montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia, está relacionado a clientes que possuem um bom histórico de pagamento com a Companhia.

A controladora transferiu à terceiros durante o exercício 2011 créditos a receber da controlada Taurus Holdings, Inc. no montante de R\$ 17.530, sem direito a regresso. Nas demonstrações contábeis este valor foi reconhecido na rubrica de adiantamento de recebíveis.

A Companhia efetuou também desconto de recebíveis de órgãos da administração pública no montante R\$ 14.107 com coobrigação em caso de inadimplência. O saldo está classificado na rubrica “empréstimos e financiamentos” no passivo circulante.

b. Risco de liquidez

A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	Consolidado					
	2011					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 Anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	331.696	367.899	101.855	176.293	73.079	16.672
Títulos de dívida emitidos	125.330	155.713	81.825	30.164	43.724	-
Certificado de recebíveis imobiliários	36.127	44.001	7.768	24.287	11.946	-
Saques cambiais	39.425	40.510	40.510	-	-	-
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (saída)	(18.262)	(18.262)	(18.262)	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	19.358	19.358	19.358	-	-	-
	533.674	609.219	233.054	230.744	128.749	16.672

Consolidado						
2010						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	220.166	269.639	83.476	53.982	104.174	28.007
Títulos de dívida emitidos	106.106	134.604	34.824	36.039	63.741	-
Certificado de recebíveis imobiliários	42.117	54.354	6.255	8.502	39.597	-
Saques cambiais	4.453	4.899	4.899	-	-	-
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (saída)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	(2.584)	(2.584)	(2.584)	-	-	-
	370.258	460.912	126.870	98.523	207.512	28.007

						Controladora
						2011
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	261.434	291.979	87.554	138.271	64.914	1.240
Títulos de dívida emitidos	125.330	155.713	81.825	30.164	43.724	-
Saques cambiais	39.425	40.510	40.510	-	-	-
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (saída)	(17.778)	(17.778)	(17.778)	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	19.358	19.358	19.358	-	-	-
	427.769	489.782	211.469	168.435	108.638	1.240

Controladora						
2010						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	88.789	105.527	48.481	32.383	24.663	-
Títulos de dívida emitidos	106.106	134.604	34.824	36.039	63.741	-
Certificado de recebíveis imobiliários	4.453	4.899	4.899	-	-	-
Saques cambiais	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (saída)	-	-	-	-	-	-
Instrumentos derivativos (entrada)	(2.584)	(2.584)	(2.584)	-	-	-
	196.764	242.446	85.620	68.422	88.404	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

c. Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira era a seguinte (em valores nominais):

	Consolidado	
	USD	
	2011	2010
Contas a receber	28.904	32.665
Saques cambiais	(21.018)	(2.673)
Empréstimos bancários garantidos	(101.362)	(33.540)
Fornecedores exterior	(4.716)	(1.290)
Exposição líquida do balanço patrimonial	<u>(98.192)</u>	<u>(4.838)</u>

Na exposição ao risco cambial consolidado estão considerados os empréstimos bancários garantidos da Taurus Holdings, Inc. o montante de USD 29,322 em 2011 (USD 19,658 em 2010).

	Controladora	
	USD	
	2011	2010
Contas a receber	3.656	7.803
Contas a receber – partes relacionadas no exterior	38.083	23.447
Saques cambiais	(21.018)	(2.673)
Empréstimos bancários garantidos	(72.040)	(8.850)
Fornecedores exterior	(524)	(2.014)
Exposição líquida do balanço patrimonial	<u>(51.843)</u>	<u>17.713</u>

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa média		Taxa à vista	
	2011	2010	2011	2010
R\$/USD	1,6746	1,7602	1,8758	1,6662

Análise de sensibilidade

Um fortalecimento do Real, como indicado abaixo, contra o Dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2011 teria aumentado o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes demonstrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Companhia considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base de 31 de dezembro de 2010, apesar da variação razoavelmente possível da taxa de câmbio de moeda estrangeira ser diferente, como indicado abaixo.

	Consolidado		Controladora	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
31 de dezembro de 2011				
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,3447)	46.047	46.047	24.311	24.311
R\$/USD (50% - taxa projetada 2,8137)	92.094	92.094	48.623	48.623
31 de dezembro de 2010				
R\$/USD (25% - taxa projetada 2,0827)	2.015	2.015	7.378	7.378
R\$/USD (50% - taxa projetada 2,4993)	4.031	4.031	14.757	14.757

d. Risco de taxa de juros

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 10 pontos nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduziu) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes. A análise é conduzida com a mesma base para 31 de dezembro de 2010.

	Consolidado	
	Valor contábil	
	2011	2010
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	98.884	84.262
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	105.730	151.608
Passivos financeiros	453.053	287.731

	Controladora	
	Valor contábil	
	2011	2010
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	29.932	30.863
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	76.701	114.695
Passivos financeiros	415.615	167.636

Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Consolidado	
	Patrimônio líquido e resultado do exercício	
	2011	2010
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	(1.865)	(1.021)
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	448	722

	Controladora	
	Patrimônio líquido e resultado do exercício	
	2011	2010
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	(1.821)	(752)
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	302	543

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	18.262	18.262	2.584	2.584
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	162.226	162.226	188.674	188.674
Contas a receber e outros recebíveis	148.881	148.881	151.269	151.269
	311.107	311.107	339.943	339.943
Passivos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	19.358	19.358	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos bancários garantidos	331.696	331.696	220.166	220.166
Emissão de títulos de dívida	126.597	126.597	106.106	106.106
Saques cambiais	39.425	39.425	4.453	4.453
Fornecedores e outras contas a pagar	43.821	43.821	38.538	38.538
Antecipação de créditos imobiliários	36.127	36.127	42.117	42.117
	577.666	577.666	411.380	411.380

	Controladora			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	17.778	17.778	2.584	2.584
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	71.320	71.320	138.370	138.370
Contas a receber e outros recebíveis	144.879	144.879	105.513	105.513
	216.199	216.199	243.883	243.883
Passivos mensurados pelo valor justo				
Contratos de câmbio a termo e <i>Swap</i> da taxa de juros utilizada para operações de <i>hedge</i>	19.358	19.358	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos bancários garantidos	261.434	261.434	88.789	88.789
Emissão de títulos de dívida	126.597	126.597	106.106	106.106
Saques cambiais	39.425	39.425	4.453	4.453
Fornecedores e outras contas a pagar	15.823	15.823	14.636	14.636
	443.279	443.279	213.984	213.984

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas nas taxas projetadas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) na data das demonstrações contábeis.

De acordo com os critérios de classificação hierárquica para determinação do valor justo, onde: nível 1 corresponde a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, nível 2 corresponde a *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e nível 3 refere-se a premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis), a Companhia classificou contabilmente os valores justos dos instrumentos financeiros como sendo de nível 2.

23 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2011, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 26.894 (R\$ 33.026 em 31 de dezembro de 2010), e inclui salários, honorários e benefícios.

Remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração e benefícios dos diretores estatutários e Conselho de Administração	14.968	17.914	14.968	13.965
Remuneração de pessoal-chave	11.926	15.112	7.150	7.475
Total	26.894	33.026	22.118	21.440

A Companhia não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da administração que se caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo.

O Estatuto Social prevê destinação a título de participação dos administradores de até 10% do resultado do exercício, cujo montante é de R\$ 4.146 em 2011 (R\$ 6.982 em 2010).

Operações de diretores e pessoal-chave da administração

Os diretores e pessoal-chave da administração controlam diretamente 0,69% das ações com direito de voto da Companhia.

Algumas pessoas-chave da administração detêm quotas em outras entidades, fazendo com que tenham controle ou influência significativa sobre as políticas financeiras ou operacionais destas entidades. Os saldos pendentes com estas partes relacionadas são avaliados com base em termos do mercado e estão detalhados abaixo:

Transações entre partes relacionadas não eliminadas na consolidação

Nas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. possui saldo a receber da Wotan Máquinas Ltda., no valor de R\$ 34.136. A controlada Taurus Security Ltda. possui contrato de mútuo com a controladora Forjas Taurus S.A. no valor de R\$ 219.

A controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. possui contrato de mútuo a pagar com a controladora Forjas Taurus S.A. nos valores de R\$ 59.087 em 2011 e R\$ 27.385 em 2010.

Todos os contratos de mútuo entre as partes relacionadas possuem vencimento no longo prazo.

Avais entre partes relacionadas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e aval dos diretores. Os avais concedidos por diretores e os avais concedidos pela Companhia às suas controladas estão demonstrados a seguir:

Avais de diretores:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Forjas Taurus S.A.	<u>-</u>	<u>16.636</u>

A Companhia prestou avais às suas controladas, cujos montantes seguem abaixo discriminados:

Avais às controladas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	17.391	31.256
Taurus Holdings, Inc.	<u>55.002</u>	<u>42.533</u>
	<u>72.393</u>	<u>73.789</u>

24 Patrimônio líquido (controladora)

Capital social e reservas

Ações autorizadas (em milhares de ações)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ações ordinárias	51.851	50.000
Ações preferenciais	<u>103.702</u>	<u>100.000</u>
	<u>155.553</u>	<u>150.000</u>

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	<u>Ordinárias</u>		<u>Preferenciais</u>	
	<u>Quantidade em milhares</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>Quantidade em milhares</u>	<u>R\$ mil</u>
Em 31 de dezembro de 2010				
ON - R\$ 5,50 - PN - R\$ 4,10*	42.745	235.098	85.489	350.505
Em 31 de dezembro de 2011				
ON - R\$ 1,53 - PN - R\$ 1,46*	47.138	72.121	94.275	137.642

* Cotação da última transação da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária e retenção de lucros

Reserva para investimentos - constituída para fazer face aos investimentos a serem realizados nos exercícios seguintes, conforme orçamento de capital.

Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de operações no exterior.

Lucro por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia até 31 de dezembro de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste período, comparativamente com o período de 31 de dezembro 2010 conforme o quadro a seguir:

Data	Histórico	Quantidade de ações	Média ponderada
31-12-2009	Saldo inicial de ações	106.861.800	106.861.800
30-04-2010	Aumento de capital e da quantidade de ações – média ponderada	21.372.360	14.345.831
31-12-2010	Saldo final de ações	128.234.160	121.207.631

Data	Histórico	Quantidade de ações	Média ponderada
31-12-2010	Saldo inicial de ações	128.234.160	128.234.160
30-04-2011	Aumento de capital e da quantidade de ações – média ponderada	12.823.416	8.607.498
01-07-2011	Compra de ações próprias (Nota 2.b)	(9.965.702)	(4.996.503)
04-07-2011	Efeito do desdobramento das ações (Nota 2.b)	355.041	178.008
31-12-2011	Saldo final de ações	131.446.915	132.023.163

	2011	2010
Resultado do período de operações em continuidade	58.688	94.108
Resultado líquido das operações descontinuadas	(21.373)	(23.832)
Lucro atribuível aos acionistas	37.315	70.276
Saldo no início do exercício	128.234.160	106.861.800
Aumento de capital e aumento da quantidade de ações – média ponderada	8.607.498	14.345.831
Efeito de compra de ações próprias – média ponderada	(4.996.503)	-
Efeito do desdobramento das ações – média ponderada	178.008	-
Média ponderada de ações	132.023.163	121.207.631
Resultado por ação básico e diluído em R\$	0,2826	0,5798
Resultado por ação básico e diluído das operações em continuidade em R\$	0,4445	0,7764

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias não possuem distinção na participação dos lucros.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 35% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2011	2010
Resultado do período	37.315	70.276
(-) Reserva legal	(1.866)	(3.514)
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial (controladas)	1.866	3.691
(+) Realização de ajustes de avaliação patrimonial (controladora)	2.066	4.342
Lucro ajustado para cálculo de dividendo	<u>39.381</u>	<u>74.795</u>
Dividendo mínimo obrigatório	13.783	18.699
(-) Dividendos e juros sobre o capital próprio	(16.767)	(22.056)
(+) Imposto de renda retido na fonte	2.515	1.591
Dividendos a destinar	<u>469</u>	<u>1.766</u>

25 Receita operacional

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Vendas de produtos	744.974	733.051	467.383	517.183
Prestação de serviços	6.341	2.503	139	172
Total de receita	<u>751.315</u>	<u>735.554</u>	<u>467.522</u>	<u>517.355</u>

A conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações de resultado, é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta fiscal	751.315	735.554	467.522	517.355
Impostos sobre vendas	(118.864)	(123.802)	(62.756)	(77.601)
Devoluções e abatimentos	(14.483)	(2.633)	(13.806)	(4.872)
Total de receita contábil	<u>617.968</u>	<u>609.119</u>	<u>390.960</u>	<u>434.882</u>

26 Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Outras despesas operacionais				
Pesquisa e desenvolvimento	(3.254)	(3.563)	(3.254)	(3.411)
Custo imobilizados baixados	(1.414)	(423)	(1.385)	-
Amortização do intangível	(824)	(452)	(811)	(465)
Participação dos trabalhadores no lucro	(3.779)	(8.295)	(2.331)	(6.455)
Outras	(4.004)	(1.904)	(1.893)	(5.517)
	(13.275)	(14.637)	(9.674)	(15.848)
Outras receitas operacionais				
Incentivos fiscais	1.817	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.459	1.385	1.985	488
	4.276	1.385	1.985	488
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(8.999)</u>	<u>(13.252)</u>	<u>(7.689)</u>	<u>(15.360)</u>

27 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Juros	(38.220)	(30.058)	(33.817)	(21.943)
Juros capitalizados no imobilizado	1.667	988	1.614	901
Variações cambiais	(49.035)	(9.062)	(48.876)	(9.044)
IOF	(365)	(37)	(350)	(30)
Swap sobre operações financeiras	(5.681)	(992)	(5.681)	-
Outras despesas	(5.190)	(3.332)	(3.915)	(3.832)
	(96.824)	(42.493)	(91.025)	(33.948)
Receitas financeiras				
Juros	15.289	21.165	13.575	16.388
Variações cambiais	13.954	15.982	13.847	15.924
Swap sobre operações financeiras	19.023	2.566	18.539	-
Outras receitas	919	949	619	3.077
	49.185	40.662	46.580	35.389
Resultado financeiro líquido	<u>(47.639)</u>	<u>(1.831)</u>	<u>(44.445)</u>	<u>1.441</u>

28 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	53.336	102.909	57.740	103.164
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(18.134)	(34.989)	(19.632)	(35.076)
Adições permanentes: Despesas não dedutíveis	(147)	(2.450)	(140)	(2.369)
Exclusões permanentes: Receitas isentas de impostos – Equivalência patrimonial	648	5.416	16.291	18.601
Outras – Lei nº 11.196/05	116	3.920	-	3.867
Juros sobre o capital próprio	5.701	7.412	5.701	7.412
Prejuízo fiscal reconhecido no ativo (Nota 13.b)	37.448	-	-	-
Participação estatutária	(1.498)	(2.374)	(1.498)	(2.374)
Outros itens	(4.467)	(2.212)	226	883
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>19.667</u>	<u>(25.277)</u>	<u>948</u>	<u>(9.056)</u>
Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Corrente	(13.935)	(27.279)	-	(10.299)
Diferido	33.602	2.002	948	1.243
	<u>19.667</u>	<u>(25.277)</u>	<u>948</u>	<u>(9.056)</u>
Alíquota efetiva	-36,87%	24,56%	-1,64%	8,78%

29 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros para a Companhia era a seguinte:

	2011	
	Consolidado	Controladora
Danos materiais	188.935	122.165
Responsabilidade civil	25.951	7.200
Lucros cessantes	3.100	-

30 Eventos subsequentes

Durante o quarto trimestre de 2011, a Companhia vinha mantendo tratativas com a Lupatech S.A., companhia aberta brasileira (LUPA3), sediada na cidade de Caxias do Sul – RS, para aquisição da divisão Steelinject Injeção de Aços Ltda., como complemento de seu segmento de produtos obtidos pelo método M.I.M. (*Metal Injection Molding*).

Após efetuada a *Due Dilligence*, e aprovação por parte do Conselho de Administração da Companhia, em 01 de janeiro de 2012, a transação foi concretizada no valor de R\$ 14 milhões, pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 2,8 milhões.